

Quando o fisiologismo ganha os holofotes midiáticos: a representação do embate entre o Planalto e o Congresso nas revistas *IstoÉ*, *Veja* e *Época*

*Quando el fisiologismo gana los focos mediáticos: la representación del embate entre el Planalto y el Congreso en las revistas *IstoÉ*, *Veja* y *Época**

Elvis Wanderley dos SANTOS¹
Eduardo MATIDIOS²

Resumo

No Brasil, o presidencialismo de coalização como forma de garantir a governabilidade acabou absorvida pela prática do fisiologismo político. No início do segundo mandato presidencial de Dilma Rousseff (PT), a prática do fisiologismo ganhou enorme repercussão midiática. Este artigo tem como objetivo analisar a representação do fisiologismo político nas matérias de capa das revistas *IstoÉ*, *Veja* e *Época*, de 01 de janeiro até 31 de dezembro de 2015. Com base na premissa de que os jogos políticos ocorrem em diversas instâncias, mas alcançam facilmente a visibilidade pública na mídia, essa pesquisa pretende responder como a prática do fisiologismo foi retratado pelas três revistas de maior circulação nacional. Como referencial metodológico foi eleita a análise de conteúdo, de Laurence Bardin (2011).

Palavras-chave: Produção Midiática. Política. Enquadramento. Impeachment.

Resumen

En Brasil, el presidencialismo de coalización como forma de garantizar la gobernabilidad acabó absorbida por la práctica del fisiologismo político. En el inicio del segundo mandato presidencial de Rousseff (PT), la práctica del fisiologismo ganó enorme repercusión mediática. Este artículo tiene como objetivo analizar la representación del fisiologismo político en las materias de portada de las revistas *IstoÉ*, *Veja* y *Época*, del 1 de enero al 31 de diciembre de 2015. Sobre la base de la premisa de que los juegos políticos ocurren en diversas instancias, pero alcanzan fácilmente la visibilidad pública en los medios, esa investigación pretende responder como la práctica del fisiologismo fue retratada por las tres revistas de mayor circulación nacional. Como referencial metodológico fue elegida el análisis de contenido, de Laurence Bardin (2011).

Palabras clave: Producción Midiática. Política. Encuadramiento, Impeachment.

¹ Doutorando em Comunicação pela Universidade Paulista (UNIP). E-mail: elviswsantos@gmail.com

² Graduado em Administração pela Faculdade de Administração, Ciências Econômicas e Contábeis de Guaratinguetá (FACEAG). E-mail: edumatidios@hotmail.com

Introdução

Em 27 de outubro de 2014, Dilma Rousseff (PT) foi reeleita presidente do Brasil em segundo turno, com 51,64% dos votos úteis. A atribulada campanha foi marcada pelo início das investigações da Operação Lava Jato, conduzida inicialmente pela Polícia Federal, para averiguar uma rede de doleiros que atuava em vários estados brasileiros. No decorrer das apurações, foi descoberto um amplo esquema de corrupção na Petrobras, envolvendo políticos de inúmeros partidos e algumas empreiteiras em operação no país. Entre os citados no escândalo, havia executivos de alto escalão do Governo Federal, políticos e partidos da base governista da presidente.

Com a divulgação dos partidos envolvidos no escândalo da Petrobras, caciques de diversas legendas, com destaque para políticos do PMDB, encabeçaram uma campanha para romper a unidade política de coalizão da presidente. O presidencialismo de coalizão é uma realidade peculiar do sistema político brasileiro. Ao retratá-lo, Abranches apontou que: “O Brasil é o único país que, além de combinar a proporcionalidade, o multipartidarismo e o ‘presidencialismo imperial’, organiza o Executivo com base em grandes coalizões” (ABRANCHES, 1988, p. 21-22).

A coalizão existe para sustentar o executivo, com a aliança de partidos formando a base de apoio do presidente no Congresso, em troca de verbas orçamentárias e cargos públicos, sem essa parceria o presidente não consegue viabilizar a implementação da política estatal. Diante da fragmentação do sistema político brasileiro é improvável que uma ou duas legendas formem a hegemonia parlamentar necessária para aprovação de medidas.

Nesse sentido, como meio de garantir a governabilidade, tornou-se comum a composição de uma extensa e diversificada coalizão política, formada em sua maioria por partidos que possuem planos programáticos divergentes. O apoio ao governo, independentemente de coerência e/ou ideologia partidária, colaborou para o surgimento do fisiologismo, prática reconhecida como barganha política com base no esquema “toma-lá-dá-cá”. Fisiologismo designa uma atuação em que as ações e decisões políticas entre o Poder Executivo e o Congresso são tomadas com base em favorecimento a interesses individuais.

No início do segundo mandato da presidente Dilma (2014-2018), o termo fisiologismo tornou-se frequente nos editoriais de jornais e revistas de ampla circulação nacional, sobretudo em função das inusitadas tentativas de negociação entre o Congresso Federal e o Planalto. A ampla divulgação do escândalo da Petrobras intensificou o embate político-partidário, no qual conchavos e chantagens tornaram-se a principal munição, em especial daqueles que estavam sob o risco de cassação de mandato e prisão.

Adotando a perspectiva teórica de Bourdieu (2011), na qual o campo político é um espaço relativamente autônomo, em que os agentes, por meio de ações práticas, passam a utilizar os subterfúgios, a negociar alianças e estabelecer relações de trocas de bens materiais e simbólicos, visando manter-se em posição de destaque, este artigo tem por objetivo descrever a cobertura midiática conferida ao ambiente de negociações e disputas travadas entre o Planalto e o Congresso Nacional, no início do segundo mandato presidencial de Dilma.

Partindo da premissa de que os jogos políticos ocorrem em diversas instâncias, mas somente alcançam visibilidade pública através da mediação, que, em parte, é realizada pela mídia (MIGUEL, 2002), esta pesquisa pretende analisar a representação midiática do fisiologismo político no segundo mandato de Dilma, frente a conturbada conjuntura constituída por diferentes grupos de interesses e de poder. Como objeto de estudo foram elencadas reportagens de capa das revistas *IstoÉ*, *Veja* e *Época*, de janeiro a dezembro de 2015. Como referencial metodológico, optou-se pela análise de conteúdo (BARDIN, 2011).

O campo político: lugar de embates e estratégias

Para ampliar as reflexões sobre o funcionamento do campo político, buscamos em Bourdieu (2011) um saber que o aproxima da prática social. O sociólogo francês define campo como um sistema de relações sociais, dotado de leis próprias e intrínsecas àqueles que dele participam e preenchem as condições sociais de acesso ao espaço. O campo pode ser interpretado como um espaço em que estão estruturadas as relações de poder e dominação. Assim, o campo político é para Bourdieu “o lugar em que se geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, acontecimentos, entre os quais os

cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto de ‘consumidores’, devem escolher” (BOURDIEU, 1989, p. 164).

Como espaço relativamente autônomo e dotado de leis próprias, o campo produz uma cultura específica, nomeada de *habitus*. A noção de *habitus*, que permeia o arsenal teórico de Bourdieu, está associada a todo aprendizado e saberes, aos mecanismos de interiorização das regras do campo, que permitem o desenvolvimento de habilidades e percepções que orientam os agentes a se comportar adequadamente no espaço em que atuam. Para Bourdieu (2011), tais habilidades são as chaves para que os políticos participem habitualmente da “política politiqueira”, ou seja, de uma atuação na qual essa percepção do jogo político permite negociar um compromisso, silenciar a respeito de algo, proteger discretamente os amigos, falar aos jornalistas etc.

Conduzida pelo *habitus*, a ação dos agentes no campo político está relacionada ao acúmulo de uma espécie particular de capital simbólico, crédito firmado na crença e no reconhecimento que os próprios pares conferem a indivíduos, ou instituições, os próprios poderes que eles lhes reconhecem. Nomeado de capital político, tal capital de reputação assegura aos seus detentores certa forma de apropriação de bens e serviços disponíveis no campo político.

Nessa vertente, Bourdieu aponta que o campo político, o religioso, o estatal, o artístico, o educativo e o econômico são espaços em que se efetivam diferentes trocas de bens materiais e simbólicos entre os possuidores de diferentes capitais específicos. Tosoni (2010) aplicou os conceitos de Bourdieu para analisar o funcionamento das práticas do fisiologismo na Argentina e constatou que o sistema político do país está estruturado em uma relação de troca baseada em tal reciprocidade. No Brasil, de maneira semelhante, o sistema político se movimenta a partir de um processo de barganha, no qual benefícios são concedidos como forma de apoio político, especialmente em períodos eleitorais.

Clientelismo, coalizão e fisiologismo: breves considerações

O clientelismo político, mecanismo que opera sobre a utilização dos órgãos de administração pública como fonte de favores, como objetivo de amarrar o beneficiado em troca de voto ou dinheiro, tornou-se comum no Brasil. Para Avelino Filho (1994), o clientelismo na versão estatal e partidária expressa o desajuste de uma estrutura social

desorganizada e frágil, ao lado de um sistema político desenvolvido, que não consegue agregar e representar interesses e identidades coletivas. A relação clientelista, nas fases recentes da história do Brasil, ocorre entre o governo ou políticos e os setores mais carentes da população, segundo atesta Murilo de Carvalho

Deputados trocam votos por empregos e serviços públicos que conseguem graças à sua capacidade de influir sobre o Poder Executivo. Nesse sentido, é possível mesmo dizer que o clientelismo se ampliou com o fim do coronelismo e que ele aumenta com o decréscimo do mandonismo (MURILO DE CARVALHO, 1997, p. 2).

Ancorados em conjunturas distintas, sendo o coronelismo um sistema político brasileiro que predominou especialmente no ambiente rural, durante a República Velha (1898-1930), a política clientelista tem relações mais frágeis, nas quais os antigos laços de lealdade pessoal são substituídos por ofertas de benefícios materiais, de maneira a evitar conflitos e ampliar seu arco de influência eleitoral, segundo Avelino Filho (1994).

Para Teixeira (2004), o caráter arraigado do clientelismo no Brasil resulta da preponderância da liderança política individual, em detrimento da consolidação de uma cultura partidária, que, diante da permissividade da legislação, possibilita que a constituição de partidos e a troca de legendas ocorram sem qualquer contratempo aos parlamentares.

No Brasil, atenta o autor (2004), as coalizões costumam se consolidar nos períodos eleitorais, tendo por base apenas a figura do personagem político, desobrigada da negociação de uma proposta de governo que seja comum aos partidos da aliança eleitoral. Nesse cenário, as iniciativas legislativas de interesse do executivo nem sempre são coerentes com o programa dos partidos que compuseram a aliança, o que impacta nas possíveis aprovações de medidas e propostas governamentais, levando o apoio político a um acordo denominado presidencialismo de coalizão.

Ao formar essa coalizão, ou seja, uma coligação composta por diversas alianças partidárias, o presidente consegue a lealdade absoluta de sua base de sustentação no Congresso. Ao refletir a imensa competitividade e diversidade do sistema político brasileiro, Santos (1994, p. 117) aponta que “governar com o Congresso é o mesmo que dizer ‘governar com coalizões’, cuja solda obtém-se pela mistura parcial identidades de interesses e intermináveis esforços de persuasão”.

No Brasil, o funcionamento da coalizão está intrinsecamente ligado a barganhas e chantagens políticas, praticadas por meio da distribuição de cargos públicos,

concessão de benefícios, pagamentos de propinas, entre outras ilicitudes. A cultura da politicagem, nome popular para o fisiologismo político, constitui, tal qual elucidou Resende (1992), os mais perniciosos males que afligem a nação brasileira, já que se tornou a chave da decadência das instituições, do aumento crescente da corrupção e dos entraves ao desenvolvimento do país.

Silva (2012) aponta que durante os dois mandatos presidenciais, Fernando Henrique Cardoso (PSDB) formou quatro coalizões, a primeira conquistou 56% das cadeiras na Câmara e, a segunda, formada inicialmente por cinco partidos, abarcou 77% de apoio ao peessedebista.³ Já Lula começou seu governo com uma coalizão minoritária, pois os eleitos na bancada de esquerda não chegavam a 30% na Câmara dos Deputados e 20% no Senado.⁴

Nesse contexto, o PMDB foi chamado para compor a aliança com o governo. Posteriormente, a coalizão governista compôs uma aliança com o PP, e outros partidos passaram a incrementar a bancada de apoio do Executivo. O segundo mandato de Lula (2006-2010) foi marcado pela mesma coalizão partidária, com o retorno do PDT, que havia rompido com o governo petista em 2003 (FERNANDES, 2012).

Impossibilitado pela Constituição Federal de assumir um novo mandato presidencial, Lula lançou a candidatura da então ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, como sua sucessora nas eleições de 2010. Vitoriosa, Dilma manteve a mesma coalizão de Lula, compondo as oito legendas que integraram seu bloco de sustentação no Congresso. Com uma ampla base de apoio, já no primeiro mandato, Dilma teve enorme dificuldade de gerenciar a coalizão governante, que contava com o PMDB como principal aliado.

O surgimento de casos de corrupção fez com que Dilma demitisse, ao longo de quatorze meses no poder, oito dos 39 ministros que compunham a equipe presidencial. As demissões atingiram diversos partidos da base aliada. As trocas de ministros acusados de corrupção e os rearranjos efetuados no interior do próprio governo geraram um sentimento de faxina que estimulava a imprensa, imprimindo um estilo próprio de governo, distinto do antecessor Lula. (FERNANDES, 2012).

³ O primeiro governo de FHC (1994-1998) a coalizão era formada pelo PSDB, PFL, PMDB, PTB e PPB. A mesma coalizão se estendeu para o segundo mandato (1998-2002), com apenas algumas variações.

⁴ A coalizão do primeiro mandato de Lula era composta pelos seguintes partidos: PT, PMDB, PP, PL, PTB, PSB e PC do B.

A intransigência da presidente ocasionou desconforto na base governista e partidos como PR, PC do B e PDT ameaçavam abandonar a aliança com o governo. Com o PMDB, principal aliado da coalizão, os desentendimentos surgiram já nos primeiros meses do mandato presidencial. No rol das discórdias, o partido criticava o fato de que boa parte das nomeações ministeriais era concedida ao PT.

Além disso, Dilma era acusada de exigir lealdade sem compartilhar o poder. Apesar do clima pouco amistoso, no pleito de 2014, Dilma formou uma coligação composta por nove partidos, entre os quais o PMDB.⁵

A atribulada campanha eleitoral de Dilma foi marcada pelo início da Operação Lava Jato e a ampliação de denúncias de corrupção envolvendo partidos e políticos da base aliada, especialmente o PT e o PMDB. A vitória de Dilma nas urnas supostamente representava para políticos da coligação governista a possibilidade de o Poder Executivo exercer maior controle sobre a Lava Jato, com o cerceamento das ações do Ministério Público, da Polícia Federal e do juiz Sérgio Moro, além da blindagem dos aliados políticos, em especial dos poderosos envolvidos nas acusações.

Ademais, pesavam contra a presidente acusações envolvendo pedaladas fiscais, prática do Tesouro Nacional caracterizada pelo atraso proposital de repasse de dinheiro para bancos, de setores públicos e privados, assim como para autarquias, com o propósito de melhorar artificialmente as contas federais.

Ao apresentar despesas menores do que as praticadas, indicando um cenário irreal ao mercado financeiro e aos especialistas em contas públicas, tais manobras foram retratadas pela oposição como artifício de campanha, com o intuito de forjar um quadro econômico otimista no período pré-eleitoral. Em tais circunstâncias, assim que assumiu o segundo mandato, já tramitavam na Câmara dos Deputados pedidos de abertura de processo de *impeachment*, encabeçados pelos partidos de oposição e por cidadãos insatisfeitos com o resultado eleitoral.

Nesse contexto, o fisiologismo tornou-se a arma dos membros do Congresso Nacional contra o Planalto. Liderados pelo deputado federal Eduardo Cunha (PMDB) e pelo senador Renan Calheiros (PMDB), presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado, respectivamente, congressistas passaram a impor uma série de derrotas nas

⁵ A coligação da candidata a reeleição Dilma Rousseff foi formada pelos partidos: PT, PMDB, PDT, PC do B, PP, PR, PSD, PROS e PRB.

votações das emendas do governo, além de transformar a abertura do processo de *impeachment* em elemento de chantagem e barganha política.

O duelo entre Dilma e o PMDB nas matérias de capa das revistas *IstoÉ*, *Veja* e *Época*

Esta análise buscou entender como o fisiologismo apareceu nas matérias de capas das três revistas de circulação nacional – *IstoÉ*, *Veja* e *Época*. Como primeiro passo, foram selecionadas e tabuladas as capas que expressavam a relação de barganha entre o Governo Federal e o Congresso, no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2015. Como metodologia, optou-se pela análise de conteúdo proposta por Bardin (2011). A primeira etapa, denominada pré-análise, refere-se à seleção e organização do material propriamente dito. Nessa fase, identificou-se um total de 19 capas que faziam alusão à temática, sendo sete da revista *IstoÉ*, seis da revista *Veja* e seis da revista *Época*, conforme consta na tabela 1.

Na segunda etapa, nomeada de exploração do material, as unidades de análise foram agrupadas com base nas categorias do fisiologismo político. Nessa fase, três unidades de análise ganharam relevância, verificando-se que o fisiologismo evidenciou-se a partir da blindagem política dos envolvidos nos esquemas de corrupção, das chantagens em torno de aprovação de medidas emergenciais do governo e da condução do processo de *impeachment* da presidente. A última etapa compreendeu uma análise descritiva do conteúdo jornalístico, com o objetivo de evidenciar como o tema foi representado pelas revistas.

Tabela 1. Capas das revistas *IstoÉ*, *Veja* e *Época*

Revista	Data	Reportagem
IstoÉ	Mar/15	A lista que encolhe o governo
IstoÉ	Mar/15	O sabotador da República
IstoÉ	Jul/15	A solução Temer
IstoÉ	Set/15	Dilma joga a última cartada: comprar o PMDB
IstoÉ	Out/15	Um acórdão indecente
IstoÉ	Nov/15	Até quando ele vai rir da nossa cara?
IstoÉ	Dez/15	O que falta para ela sair?
Veja	Mar/15	A súbita força de Eduardo Cunha
Veja	Abr/15	É minha

Veja	Jul/15	A insustentável leveza
Veja	Jul/15	Tem um bando de aloprados no Planalto
Veja	Out/15	A Lava Jato vai emergir
Veja	Nov/15	O plano Temer
Veja	Dez/15	Impeachment
Época	Mai/15	O inimigo número 1 do governo
Época	Jul/15	A guarda do palácio
Época	Set/15	A presidente sem poder
Época	Out/15	Dilma sob ataque
Época	Out/15	Eduardo Cunha, o senhor do impeachment
Época	Dez/15	O xadrez de Temer

Fonte: A autora.

O fisiologismo e a lógica da chantagem e do revanchismo político

Neste item, estão elencadas as reportagens selecionadas por sua representação do fisiologismo associado a revanchismo na relação entre o Congresso Nacional e o governo. A capa “A lista que encolhe o governo”, da revista *IstoÉ*, traz no editorial o ápice da crise política envolvendo o governo Dilma e membros do PMDB. A reportagem aponta que a presidente encontra-se mergulhada em uma crise institucional provocada por sérios equívocos administrativos, entre os quais a divulgação de uma lista com o pedido de abertura de inquérito contra várias pessoas entregue pelo procurador geral da República, Rodrigo Janot, ao ministro do Supremo Tribunal Federal, Teori Zavascki, com acusações envolvendo integrantes da oposição e aliados do governo no Congresso no esquema de corrupção da Petrobras.

A relação dos 54 citados, dos quais 45 eram parlamentares, incluía Cunha e Renan, relacionando-os a esquemas de corrupção e enriquecimento ilícito. A estratégia que previa maior equilíbrio no jogo político, segundo a matéria, revelou-se um tiro no pé para a presidente Dilma, já que provocou a revolta de Renan e Cunha, que resolveram declarar guerra ao Planalto. A reportagem aponta uma série de retaliações sofridas pelo governo naquela semana, que, acusado pela base aliada de costurar, ao lado de Janot, a lista dos envolvidos no esquema, atuou contra a lógica do fisiologismo político.

A representação do fisiologismo como vingança ganhou visibilidade no editorial “A súbita força de Eduardo Cunha”, capa da *Veja*. A reportagem enumera a força do presidente da Câmara, capaz de imprimir derrotas ao Planalto. A matéria retrata que o

enfraquecimento do Poder Executivo sobreveio ao imediato fortalecimento do Poder Legislativo, que havia imposto à presidente uma sequência de derrotas e constrangimentos. A atitude revanchista do presidente da Câmara ganhou destaque na reportagem, ao reproduzir que Cunha admitiu vingar a sigla diante da estratégia governista de reduzir o poder do PMDB.

De maneira semelhante, a capa “Tem um bando de aloprados no Planalto”, também da *Veja*, traz no editorial a represália de Cunha, ao indicar seu rompimento com o Planalto, que, segundo depoimento do deputado, atua com o objetivo de persegui-lo politicamente. A ruptura foi anunciada após Cunha ver mais uma vez seu nome citado no escândalo do Petrolão, com o depoimento do lobista Julio Camargo, que declarou à Justiça que o peemedebista pediu 5 milhões de dólares do propinoduto da Petrobras para agilizar contratos na estatal. Indignado pela incapacidade do governo Dilma de blindar membros da base aliada, Cunha declarou guerra ao Planalto.

O revanchismo como estratégia de ruptura do fisiologismo foi mencionado no editorial de capa “*Impeachment* não é guerra, também não é golpe”, publicado pela *Veja*. A matéria indica que o *impeachment* está previsto na Constituição brasileira de 1988 e não pode ser tratado como golpe, tampouco como uma disputa pessoal, ou seja, uma vingança, como dele se valeu o deputado Cunha, responsável por acatar o *impeachment* da presidente Dilma na Câmara dos Deputados, após o Partido dos Trabalhadores votar pela continuidade do seu processo de cassação no Conselho de Ética. A matéria aponta que independentemente do desfecho, o *impeachment* dará ao Brasil a chance de ter um presidente e um Congresso não mais devotados à busca de revanchismos e chantagens políticas, mas inteiramente focados nas questões de relevância nacional.

A reportagem de capa “O inimigo número 1 do governo”, da revista *Época*, traz as artimanhas de Renan, que, ao sentir-se traído pelo Planalto, retaliou a nomeação do ministro do Supremo, Luiz Fachin, indicado por Dilma. A reportagem aponta que, devido às mágoas do senador com o governo, Renan trabalha com ímpeto de vingança e batalha para impor uma derrota que não acomete um presidente da República há 120 anos.

A matéria da capa “Dilma sob ataque”, veiculada pela *Época*, faz referência às sucessivas derrotas do Planalto no Congresso, que, encampadas por Cunha, esfacelaram a articulação da nova coalizão estruturada por Dilma, para garantir a votação que

manteria os vetos presidenciais à “pauta-bomba”. Ameaçado pela Operação Lava Jato, a matéria aponta que Cunha tenta ofuscar sua situação jurídica, ao atacar e encampar uma batalha contra Dilma, a quem acusa da baixa capacidade de negociação e perseguição política.

No rol das vinganças políticas, a reportagem da capa “Cunha, o senhor do *impeachment*” traz as estratégias de Cunha, que, apesar de abalado com inúmeras denúncias da Operação Lava Jato, ainda é capaz de conduzir o futuro político do Brasil, em especial do governo, já que conta com a possibilidade de iniciar o processo de *impeachment* a qualquer momento. Nesse sentido, a narrativa jornalística esclarece que os rumores de um possível “acórdão” entre Cunha e o governo não foi costurado. O presidente da Câmara ainda precisa se livrar do processo aberto contra ele no Conselho de Ética, por quebra de decoro parlamentar ao mentir sobre suas contas na Suíça.

Ainda que desconfiado da oposição, Cunha acredita que pode contar com os votos do PSDB no Conselho de Ética, o que o deixaria menos dependente do apoio do PT. Entretanto, segue a narrativa, enquanto a situação política do parlamentar encontra-se indefinida, ele não se cansa de balbuciar nos corredores do Congresso que prefere manter a ameaça do *impeachment*, utilizando-a para negociar ou chantagear o Planalto e o Partido dos Trabalhadores.

A ingovernabilidade de Dilma e os aspectos nocivos do fisiologismo

Aqui, estão elencadas as reportagens selecionadas por sua representação tradicional do fisiologismo, em que a coalizão governista apoia as medidas do Planalto que, em contrapartida, concede cargos públicos, entre outros benefícios, aos aliados políticos.

O editorial da capa “O sabotador da República”, da *IstoÉ*, explícita as estratégias de Cunha, que, adepto da barganha política, consolida uma ampla base de apoio que lhe garanta a vitória nas urnas, para posteriormente recompensar os aliados políticos com cargos na máquina pública. Entre o fisiologismo político e as trocas de favores, o poder de Cunha, segundo aponta a reportagem, se amplia em Brasília.

A matéria enumerou que, após não ter seu pedido por postos no governo atendido, o presidente da Câmara costurou um levante, nomeado de “blocão”, formado por parlamentares insurgentes da bancada do PMDB e deputados de legendas aliadas do

PT na Câmara, que, insatisfeitos com as indicações da presidente, prometeram dificultar a aprovação de medidas que garantam a governabilidade.

Elencada claramente como um feirão de negociata, a capa “Dilma joga a última cartada: comprar o PMDB”, veiculada pela *IstoÉ*, traz as tentativas da presidente petista de angariar as bancadas do partido. A narrativa aponta que os principais nomes da legenda, o vice-presidente Michel Temer, o senador Renan e o deputado Cunha, negaram o convite para participar da indicação de nomes para a reforma ministerial proposta pela presidente.

A reportagem aponta que, apesar de Dilma conceder os Ministérios da Saúde e da Infraestrutura a líderes secundários do PMDB, conferindo maior participação da legenda no governo, não agradou a todos do partido, especialmente Cunha, que foi explícito ao mencionar que as nomeações não garantiriam o apoio da sigla nas votações referentes ao Orçamento da União em 2016.

A tentativa do Planalto em recompor a coalizão foi representada na matéria de capa “É minha”, veiculada pela *Veja*. A reportagem faz referência à disputa da faixa presidencial entre Cunha, Renan e Temer, diante do vácuo de poder deixado pela presidente. Para gerenciar a coalizão, a matéria relata que Dilma passou o comando da articulação política para o vice-presidente. Ao conferir mais poder a Temer e ao PMDB, segundo a reportagem, a presidente pretende garantir a aprovação das medidas de ajuste fiscal, o controle dos trabalhos da CPI da Petrobras e uma ascendência mínima sobre a pauta do Congresso.

De maneira semelhante, a matéria da capa “A guarda do Palácio”, publicada pela *Época*, esboçou as fissuras do fisiologismo político que envolve o governo, ao apontar que os caciques do PMDB, Cunha, Renan e Temer, resolveram preservar a presidente, não por lealdade, mas por interesse pessoal. A reportagem afirma que, se depender de Temer e dos dois políticos mais poderosos do PMDB, a presidente petista acumula mais problemas do que soluções. Isso porque Renan e Cunha impõem derrotas sucessivas a Dilma no Congresso, manipulando facilmente os senadores e deputados, além de falarem mal abertamente da presidente e do Planalto.

A capa “A presidente sem poder”, veiculada pela *Época*, traz a batalha de Dilma para aprovar um plano de ajuste econômico baseado em aumento de impostos. A reportagem enumera os passos adotados pela presidente para conquistar o apoio do

Congresso e indica que a própria Dilma ligou para Cunha com o objetivo de negociar a votação.

A matéria narra que, frente a um ambiente tumultuado, os parlamentares trabalham para derrubar os vetos de Dilma, em especial, a mudança no cálculo da aposentadoria, ainda que tais medidas representem um problema para o país. A narrativa indica que, para sensibilizar os senadores e deputados, a presidente está disposta a ceder mais cargos, empossar novos ministros, além de acatar novas indicações de líderes do PMDB e de partidos aliados. A prática do “toma-lá-dá-cá” é visivelmente exposta na reportagem, ao retratar que qualquer descumprimento da promessa resultará em novas derrotas para o governo.

A capa “O plano Temer”, veiculada pela *Veja*, traz no editorial as manobras de Temer para uma eventual substituição da presidente em caso de *impeachment*. Ameaçado de ver a chapa PT-PMDB cassada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), diante das supostas irregularidades nas doações da campanha presidencial de 2014, Temer, conforme a reportagem, prepara um parecer jurídico para separar as contas do PT das do PMDB, e, assim, isentar o partido de qualquer ato ilegal. A narrativa jornalística indica que o vice-presidente trabalha nos bastidores para costurar acordos e fechar alianças para compor uma base governista sólida caso se torne presidente.

O *impeachment* como chantagem política

Neste tópico, a prática do fisiologismo como chantagem política tem um alvo específico: as negociações em torno da abertura do processo de *impeachment* de Dilma, conduzido inicialmente por Eduardo Cunha.

A reportagem de capa “A solução Temer”, veiculada pela *IstoÉ*, aponta a difícil relação entre o governo Dilma e os líderes Cunha e Renan, ainda que intermediada pelo vice-presidente Michel Temer. Conforme o relato, escalado pelo Planalto para negociar a governabilidade, Temer foi abordado por Cunha e Calheiros que, de maneira ríspida, ameaçaram romper a coalizão, caso permanecessem na mira da Operação Lava Jato. No rol de ameaças, Cunha indicou que não pouparia esforços para colocar na pauta do Legislativo o processo de *impeachment* da presidente, se o Planalto não o protegesse das acusações do juiz Moro.

A reportagem da capa “A insustentável leveza”, veiculada pela revista *Veja*, faz referência à atitude centralizadora e avessa a negociações de Dilma, responsável por semear uma sucessão de derrotas ao Planalto. Embora o conteúdo jornalístico adote tom controverso, ao referenciar a importância da coalizão no Brasil, em especial, em ocasiões de denúncias de corrupção envolvendo políticos e partidos, a matéria denuncia que Lula e a cúpula do PT solicitaram que a presidente engavetasse ou mesmo bloqueasse a Operação Lava Jato. Resistente, ela manteve o discurso que nada tinha a ver com o Petrolão. Tal postura, segundo indica a narrativa, tornou Dilma cada vez mais frágil e dependente do seu desafeto político, o deputado Cunha, capaz de acatar pedido de *impeachment* na Câmara dos Deputados.

Um possível conchavo político entre Dilma e Cunha foi estampado na capa da *IstoÉ* com o título “Um acórdão indecente”. O editorial indicou que, na ânsia de salvar seus mandatos, a presidente da República e o presidente da Câmara costuram um acordo que ficará na história das práticas políticas condenáveis. A narrativa relata que, após ter as contas rejeitadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU), Dilma passou a costurar um acordo com Cunha, ao visualizar a possibilidade de abertura de um processo de *impeachment*.

Conforme a reportagem, o ministro da Casa Civil, Jacques Wagner (PT), esteve encarregado de se encontrar com Cunha para estabelecer um acordo com vistas a salvar a presidente do *impeachment*. No rol da negociação, o governo ficaria responsável por barrar no Conselho de Ética um eventual processo de cassação de Cunha, assim como frear as ações do juiz Moro e de Janot, para que o presidente da Câmara não deferisse o pedido de *impeachment* protocolado pela oposição.

Na mesma linha, a capa “Até quando ele vai rir da nossa cara?”, publicada pela revista *IstoÉ*, traz no editorial as manobras de Cunha para escapar da cassação do mandato de deputado federal. A reportagem cita que Cunha zomba da população, mente e apresenta versões estapafúrdias para sua fortuna na Suíça e manobra pesado (com apoio do PT) para escapar da cassação. O acórdão indecente, também nomeado de chantagem política, estabelecido entre o peemedebista, com o apoio de 13 partidos e do próprio PT, efetuado com o intuito de postergar a decisão sobre um pedido de *impeachment* da presidente, é, conforme aponta a reportagem, a moeda de troca que garante a sobrevivência de Cunha na presidência da Câmara dos Deputados.

Ao votar contra Cunha no Conselho de Ética, o PT descumpriu o acordo político efetuado com o presidente da Câmara que prontamente reagiu, deflagrando imediatamente o processo de *impeachment* da presidente Dilma. O editorial da capa “O que falta para ela sair?”, veiculada pela *IstoÉ*, esquematizou o percurso do *impeachment*, assim como todas as possibilidades de adiamento e manobras que supostamente serão adotadas pelo governo e pela oposição. Não obstante, relata que a postura do PT ao se posicionar contra Cunha foi decisiva para a detonação do processo, haja vista que o deputado usava essa arma como chantagem contra o governo.

A chamada de capa “O xadrez de Temer”, publicada pela revista *Época*, aponta as artimanhas do vice-presidente Michel Temer para chegar ao poder, após a publicação da sua carta para Dilma, com reclamações que remetem ao descumprimento do fisiologismo. Entre suas ações, o vice-presidente tenta reagrupar o PMDB e negociar o apoio da oposição. A carta, que faz referência às velhas cobranças por cargos, traz como principal mensagem, segundo a reportagem, a ruptura que se construía há meses entre o PMDB e o governo.

Considerações finais

A fragmentação dos sistemas partidários e eleitorais no Brasil determina a necessidade de governar por meio de coalizões, resultando na construção de alianças sem sintonia programática, exigindo também que o Estado aloque recursos nos três níveis da federação, impactando diretamente na elaboração de políticas públicas coerentes, já que sua coordenação visa atender inicialmente as redes de relações e interesses privados.

Após conquistar o segundo mandato presidencial, Dilma Rousseff viu-se amparada por uma ampla coligação eleitoral e encontrou dificuldades para transformá-la em coalizão governamental. Distante da base aliada desde o primeiro mandato, a crise entre o Congresso e o Planalto se acentuou com a instauração de inquéritos que envolviam as principais lideranças dos partidos da coligação governista nos esquemas de corrupção da Petrobras. Enfraquecida no Congresso Nacional, Dilma viu o governo de coalizão se transformar em governo de coação, tornando-se alvo de um fisiologismo, cuja principal arma eram ameaças e chantagens dos aliados políticos.

Ao considerar os meios de comunicação como mediadores das correlações que se instauram no campo político, foi possível identificar, após a análise das revistas *IstoÉ*, *Veja* e *Época*, uma total publicização da “política politqueira” (BOURDIEU, 2011), já que as negociações baseadas em troca de favores, por meio de chantagens e ameaças, tornaram-se explícitas nas capas e reportagens dos veículos em questão. A análise deixa claro que as tentativas de acerto entre o Planalto e o Congresso orientavam-se por interesses privados.

Referências

ABRANCHES, S. Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. In: **Revista de Ciências Sociais**, v. 31, n.1, p. 5-34, 1998.

AVELINO FILHO, G. Clientelismo e política no Brasil: revisitando velhos problemas. In: **Novos Estudos Cebrap**, n. 38, p. 225-240, 1994.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

BOURDIEU, P. O campo político. In: **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 5, p. 193-216, 2011.

CARVALHO, J. M. de. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: uma discussão conceitual. In: **Revista Dados**, v. 40, n. 2, p. 229-250, 1997.

FERNANDES, C. M. **A liderança da Presidente Dilma Rousseff na imprensa internacional**: uma análise dos jornais El País, Le Monde e The New York Times. São Paulo: Porto de Ideias, 2012.

MIGUEL, L. F. Os meios de comunicação e a prática política. In: **Lua Nova Revista de Cultura e Política**, n. 55-56, p. 115-184, 2002.

PORTO, M. Enquadramentos da mídia e política. In: RUBIM, C. A. A. (org). **Comunicação e política**: conceitos e abordagens. Salvador: UFBA, p. 73-104, 2004.

RESENDE, E. **Cidadania**: o remédio para as doenças culturais brasileiras. São Paulo: Summus, 1992.

SANTOS, W. G. dos. **Regresso**: máscaras institucionais do liberalismo oligárquico. Rio de Janeiro: Opera Nostra, 1994.

SILVA, M.B. da. O Poder no Executivo: uma análise exploratória do papel dos ministérios no presidencialismo de coalizão brasileiro (1995-2010). In: **8º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política**. Gramado, 2012.

SOARES, M. C. Representações da cultura mediática: para a crítica de um conceito primordial. In: **XVI Compós**, Curitiba, 2007.

SODRÉ, M. Existe consciência ética na imprensa? In: PAIVA, R. (Org.). **Ética, cidadania e imprensa**. Rio de Janeiro: Mauad, p. 166-187, 2002.

TEIXEIRA, M. A. Negociação política e as formas de interação Executivo Legislativo no Brasil no período de 1983 a 1992. In: **Caderno de Gestão Pública e Cidadania**, v. 9, 40, p. 1-78, 2004.

TOSONI, M. Niklas Luhmann y Pierre Bourdieu: claves teóricas para la interpretación del clientelismo político em la Argentina. In: **Revista Estudios Sociológicos**, v. 28(83), p. 359-381, 2010.